

DE MBAYÁ-GUAYKURU A KADIWÉU: ALTERIDADE, IDENTIDADE E TRANSCULTURAÇÃO

Valéria Nogueira Rodrigues*

RESUMO

No século XVII, alguns grupos Mbayá-Guaykuru atravessaram para a margem oriental do Rio Paraguai onde se estabeleceram, voltando continuamente à margem ocidental para assaltar espanhóis e outros indígenas. No século XVIII, os luso-paulistas chegaram à região hoje conhecida como Mato Grosso voltados à exploração mineral e à captura de indígenas. Os conflitos com os Mbayá-Guaykuru não tardaram e, na impossibilidade de vencê-los, mudaram de estratégia, procurando a aproximação com tais índios. Dentre estes grupos os Kadiwéu são os que nos interessa, pois, no século XIX, destacavam-se como os mais expressivos remanescentes dos Guaykuru. Nesse sentido, buscaremos refletir sobre como os Kadiwéu reconstruíram sua identidade através do contraste com os outros, percebendo a transformação da cultura através da transculturação.

Palavras-chave: Mbayá-Guaykuru-Kadiwéu; alteridade; identidade; transculturação.

RÉSUMÉ

Dans le XVIIème siècles certains groupes Mbayá-Guaykuru ont traversé à la rive orientale du fleuve Paraguay où ils ont établi, en revenant continuellement à la rive occidentale dans attaquer Espagnols et les autres indiens. Dans le XVIIIème siècles les gens de Sao Paulo (luso-paulistas) ils sont arrivé à la région aujourd'hui connu avec le Mato Grosso ils ont touné à exploration mineral et à capture de Indiens. Les conflits avec les Mbayá-Guaykuru ils ne tardent pas et, dans l'impossibilité de lui vaincre, ils changent de stratégie, en cherchant la rapprochement avec les indiens. Parmi ces groupes les Kadiwéu ils sont les que nous intéressons, donc, dans le XIXème siècle, ils se détacher avec les plus expressifs restant du les Guaykuru. Alors, nous cherchons réfléchir sur avec les Kadiwéu ils reconstruisent sa identité à travers du contraste avec d'autres, comprendre la tranformation continuée de la culture dans le temps travers la transculturation.

Des mots-clés: Mbayá-Guaykuru-Kadiwéu; altérité; identité; transculturation.

Sob o nome de Guaykuru ou Mbayá eram representados inúmeros grupos indígenas que guardavam entre si semelhanças, tais como a língua, a organização social e uma política agressiva em relação a outros grupos indígenas e, posteriormente, não-indígenas. Os Kadiwéu se apresentavam como um dos poucos grupos remanescentes dos Guaykuru no século XIX e são os únicos vivos ainda hoje.

* Mestranda pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, sob orientação do Prof. Dr. Otávio Canavarros. val.hist@gmail.com

Os Guaykuru habitavam a região conhecida como Chaco e desde o início da intrusão espanhola estabeleceram relações violentas para garantir tais territórios, anteriormente já disputados com outras etnias. Após muitas escaramuças, os Guaykuru se apropriaram de cavalos dos espanhóis e passaram então, a criá-los, com muito sucesso no empreendimento. O corcel passou a fazer parte permanentemente daquela cultura, aumentando sua potencial agressividade. Devido à violência crescente das relações com os castelhanos, no fim do século XVII e início do XVIII, os Guaykuru expandiram sua zona de trânsito para a margem oriental do Rio Paraguai, onde se fixaram.

Com os luso-paulistas, igualmente, as relações foram, em grande medida, marcadas pela violência. Contudo, ao cabo do século XVIII, estes mudaram a estratégia de extermínio dos grupos que resistiam violentamente, buscando uma aproximação com os índios. Tal mudança tratava-se de um programa de reocupação, onde aos índios estaria reservado um novo papel a desempenhar: o de povoadores das regiões fronteiriças e de reserva de mão-de-obra, ou seja, os índios deveriam ser transformados e misturados a outras categorias sociais e aptos aos mais variados trabalhos.

O objetivo do presente artigo é ponderar sobre as transformações culturais vivenciadas pelos índios Mbayá-Guaykuru e conseqüentemente, pelos Kadiwéu ao longo do processo histórico de contato com outros índios, sobretudo, com espanhóis e luso-paulistas. Pretende-se pensar a construção de uma identidade Mbayá-Guaykuru-Kadiwéu, nos elementos simbólicos que criavam para os membros do grupo um sentimento coletivo de pertencimento. Tal identidade, por outro lado, está relacionada à idéia que se faz deles. É essa noção *do outro* que diz como agir *sobre o outro*. Além disso, nas situações de contato, estas transformações não são unilaterais, todas as culturas envolvidas com menor ou maior grau se entrecruzam, se entrelaçam, se contrastam, enfim, se transculturam.

Como Guaykuru era reconhecida uma família lingüística da qual pertenciam inúmeros grupos, que embora guardassem semelhanças, tais como a língua e o comportamento de caçadores-guerreiros, também tinham suas singularidades. Tais etnias eram

todas racialmente pámpidas y culturalmente paleolíticas, con el abierto ethos de cazadores agresivos, ocupando con preferencia las llanuras del Chaco o adueñándose del R. Paraguay: Eyiguayegis-Mbayás, Tobas, Abipones, Mocovíes, Pilagás, Payaguás y Guasarapos. (SUSNIK, 1978: 72 e 1971: 18)

Como se pode perceber, o designativo Guaykuru estava mais relacionado ao comportamento agressivo dos índios que uma unidade étnica. Por outro lado, algumas características podem ser observadas e ponderadas como específicas de um grupo Guaykuru.

Ainda assim, tal divisão não possibilita ao grupo uma identidade homogênea. Dentre alguns grupos reconhecidos como Guaykuru podemos destacar os: Apacachodegodegis, Lichagotegodis, Eyibegodegis, Gotocogegodegis, Guetiadegodis e os Cadiguegodis. Sendo estes últimos o grupo reconhecido, posteriormente, como os Kadiwéu. (Cf. SUSNIK, 1978: 76-78; HERBERTS, 1998: 16; SILVA, 2004: 41)

De acordo com Susnik havia uma

similitud del nivel cultural, una ideología provocativa, una parecida estructura de normas sociomorales a través del extenso mundo de la metamorfosis del hombre-animal; el contacto colonial y por ende, la nueva cultura 'ecuestre' provocaron interesantes manifestaciones adaptativas. (SUSNIK, 1971: 18)

O termo Guaykuru já era usado pelos Guarani em período pré-hispânico e determinava antes o comportamento de caçadores guerreiros que uma unidade étnica. Assim, tal expressão difundiu-se, por contração, entre os espanhóis e passou a ser usado de forma genérica. Quanto aos Mbayá, alguns autores afirmam que pertenciam a uma etnia distinta dos Guaykuru. Susnik, por seu turno, afirma serem estes índios de uma mesma família, tendo tomado rumos migratórios diferentes, e, por essa razão, desenvolvido características diferentes. Nesse sentido, os Mbayá representariam a parcialidade habitante das paragens mais ao norte, enquanto os Guaykuru, residiriam mais ao sul, nas proximidades de Assunção. Seguindo essa perspectiva, estes índios podiam ainda ser representados de acordo com o lugar, ou a região em que viviam, assim, pode-se destacar ao menos dois grupos, que reforçam essa distinção geográfica e cultural entre os Guaykuru: os Taquiyiquis e os Eyiguayegis. Tanto um quanto outro grupo seguiam as mesmas máximas existências: guerra, festa e caça. Falavam línguas semelhantes e apresentavam uma mesma estrutura política. Teriam, assim, os Guaykuru habitantes na região sul, nas proximidades de Assunção, se desintegrado. Os sobreviventes teriam sido rapidamente absorvidos pelos Mbayá, habitantes das paragens nortenhas. (Cf. SUSNIK, 1971: 23)

De forma geral, os Mbayá-Guaykuru apresentavam algumas características comuns, que se mantiveram mais ou menos estáveis na maior parte do período tratado neste trabalho. Eis algumas: a necessidade da guerra; os abortos; o desempenho com o cavalo; a relação de superioridade assumida em relação a outras etnias, inclusive com os europeus; a divisão em pequenos grupos cacicais. Enfim, havia uma semelhança na maneira de organização política dos vários grupos que compunham os Mbayá-Guaykuru.

Em período prehistórico inúmeros grupos indígenas, como os Guaykuru, Yaporú, Naperú, Guatataés, Agaces dentre outros, devido às disputas pelos recursos naturais

chaquenhos, relacionavam-se com mútua vigilância. A escassez de recursos levava a uma luta competitiva e obrigava a busca de novos territórios exploráveis. Tais disputas por novos campos de caça provocavam refregas intertribais obrigando-os a alianças periféricas. Aqueles que se sobrepunham tinham direito de explorar com exclusividade um determinada região. (Cf. SUSNIK, 1971: 12-16)

Assim, os Guaykuru mantinham contatos violentos com outros índios, com quem disputavam campos de caça, palmares, cativos e outros. As constantes disputas obrigavam a migrações. Foi por essa razão que os Mbayá tomaram rumo diferente que seus parentes Guaykuru. Estes já se apresentavam, assim, com caráter de caçadores guerreiros violentos, quando os espanhóis passaram a apossarem-se da região. À medida que se espalhavam as estâncias *criollas*, os núcleos populacionais e urbanos, a exemplo de Assunção, os Guaykuru iam cometendo seus assaltos, mas faziam também trocas.

Adquiriam cada vez mais facilmente ferro e objetos já manufaturados como machados, machetes, facas. O cavalo, vencido o medo dos primeiros tempos, foram apropriados pelos Mbayá-Guaykuru a partir de 1670, de tal forma que por muito tempo foram identificados como Cavaleiros. O corcel reorientou a cultura Guaykuru de tal forma que os possibilitou uma mobilidade vasta, desde a margem chaquenha até o Pantanal. Atacavam índios pedestres, que pouco podiam contra inimigos tão poderosos. Soma-se a isso a grande estatura, pois são descritos em grande parte da bibliografia como fortes, envoltos em carnes e músculos, resistentes à fome, à sede e à dor. (Cf. TAUNAY, 1931: 53; PRADO, 1839: 28)

Nesse sentido, com a aquisição de cavalos os Guaykuru expandiram consideravelmente seus domínios. Passaram a criar gado *vacum* e aumentaram seus rebanhos a olhos vistos. Assaltavam com frequência os núcleos populacionais espanhóis, sobretudo as estâncias e iam trocar seu botim nas cidades, principalmente em Assunção. Estas circunstâncias deixavam os castelhanos muito vulneráveis e estes temiam os “perigo Guaicurú”. As represálias pouco efeito surtiam, pois os Guaykuru rapidamente se retiravam, tomando estrategicamente rumos diferentes em pequenos grupos, para confundir o inimigo. Embora, ao longo do tempo, tenham conseguido com cada vez mais êxito, manter os Guaykuru afastados e impossibilitados de transitar livremente.

Quando os Taquiyiquis foram drasticamente reduzidos e absorvidos pelos Eyiguayeguis a zona de ataques e retiradas ficou mais circunscrita ao norte. Foi então que atravessaram para a margem oriental do rio Paraguai já nos fins do XVII, primeiramente para explorar a região com caça e palmares, além de obter retiradas seguras e, posteriormente, para assentarem-se. Isso lhes possibilitou, nas primeiras décadas do século XVIII, o encontro com os luso-

paulistas. A relação entre estes foi marcada pela violência. Embora não houvessem de início núcleos populacionais que pudessem servir ao botim aos Guaykuru, estes atacavam as monções vindas, em geral, de São Paulo, causando grande prejuízo à Fazenda Real. A política lusa foi de extermínio, pois buscavam de todas as formas aniquilar ditos inimigos, ou seja, todos aqueles que expressassem alguma resistência direta à sua possessão.

Após mais de 70 anos de conflitos os luso-paulistas alteraram sua política em relação aos Guaykuru, passando então, a um discurso de paz e amizade com ditos índios. Perceberam, naquele momento, que a melhor forma de permanecer na região seria o não embate com os Guaykuru. Colocaram em prática, assim, um novo plano para trazer os Guaykuru a um convívio pacífico, para não dizer subjugado. Ofereciam aos índios inúmeros *brindes*, tais como facas, machados, roupas, cintos, chapéus, espelhos, miçangas, aguardente, enfim, objetos desejados e de grande estima para índios.

Algumas transformações culturais podem ser percebidas na cultura Mbayá-Guaykuru entre os XVII e XIX. Em períodos pré-hispânicos, não devemos esquecer que os Guaykuru conviviam com índios de outras etnias. Pode-se ponderar, ao menos, que observavam outros costumes e conheciam outras línguas. Com os espanhóis obtiveram mais acesso ao ferro e, sobretudo, a objetos já manufaturados como machados, facas, armas de fogo dentre outros. Além de objetos que chamavam a atenção dos índios e que, ao longo do tempo, tornaram-se verdadeiros “objetos dos desejos”, tais como: miçangas, vidro, roupas, mantas, chapéus, prata, espelhos, bastões, enfim, inúmeros elementos que foram apropriados pelos Mbayá-Guaykuru e que passaram a ressignificar a própria idéia de si e do grupo, alterando práticas.

A intensa troca, primeiro com espanhóis e posteriormente com os luso-paulistas, levou os Guaykuru a diminuir o tempo de caça, ou, em casos como a caça do veado, muito procurado pela qualidade de seu couro, a intensidade desta causou verdadeiro desequilíbrio ecológico. A este respeito James Seager diz que

otro golpe e la ecología del Chaco oriental fue la disminución de los animales de caza, especialmente el venado. Originalmente, los mbyayás cazaban venados para alimentarse, vestirse y fabricar sus lechos; en el siglo dieciocho, ellos aún preferían la carne de venado a la carne vacuna. Después de la adquisición de caballos y lanzas con puntas de hierro, los mbyayás pudieron cazar más venados. Debido a que los españoles apreciaban las pieles de animales silvestres e pagaban por ellas con cuchillos, espejos y adornos, los mbyayá intensificaron su búsqueda de pieles. (SEAGER, 2006: 16)

Também a fabricação de armas viu-se alterada, uma vez que com o ferro e outros metais, podiam fabricar armas mais duráveis, mais mortais. Já não faziam suas lanças e

macanas, nem seus pesados terçados ou machados de pedra. As facas não eram mais feitas de dentes de peixe, nem de pedra.

A partir do século XVII estes aumentaram sua zona de trânsito, sobretudo com a travessia e assento na margem oriental do rio Paraguai. Na primeira metade do século XVIII alcançam o auge do espaço livre, faziam comércio com os núcleos populacionais e cidades castelhanas ao sul, obtinham cativos e saqueavam as estâncias ao norte. Trocavam gado e cavalos com uns e se apropriavam de outros. Assim obtinham, por meio da troca, os tão desejados objetos, que não queriam mais deixar de ter. Contudo, o território habitado pelos Guaykuru viu-se drasticamente alterado.

É neste mesmo período que a situação destes índios começa a se alterar. A região do rio Jejuí, anteriormente abandonada pelos estancieiros espanhóis novamente começa a ser reocupada, além disso, inúmeros fortes foram construídos e novas nucleações emergiram numa margem e noutra do rio Paraguai. A exemplo dos Fortes portugueses de Coimbra e de Miranda, bem como a povoação lusa de Albuquerque e a castelhana Villa Real.

Os luso-paulistas também deram sinais de posse definitiva da região. Depois da elevação de Cuiabá à Vila, em 1727, funda-se Vila Bela da Santíssima Trindade em 1752, nova sede governamental da Capitania de Mato Grosso. A defesa da fronteira expandia os domínios destes e os Guaykuru sentiam-se cada vez mais espremidos entre os interesses das colônias ibéricas.

Foi assim que já na segunda metade do século XVIII os Mbayá-Guaykuru viram-se sua mobilidade afetada pela intrusão de núcleos populacionais europeus. Outras áreas haviam ainda sido ocupadas por outros índios como os Cocoboth, também eqüestres e dispostos às disputas por territórios. As intensas trocas faziam com que os caciques tivessem seu poder diminuído, sendo o capitão de cada grupo independente para liderar seus comandados e realizar seus próprios assaltos, sem obrigar-se à divisão com os demais. Além disso, o tempo disponível para a caça e a guerra já não eram os mesmos. O status de jovem guerreiro já não tinha o mesmo valor simbólico. (Cf. SUSNIK, 1971; 1978; 1981)

Por volta de 1791 alguns grupos Guaykuru assinaram um acordo de paz com os luso-paulistas. Isso não representou definitivamente os fins dos ataques, mas era a confirmação de que os índios necessitavam cada vez mais de acordos para manter a possibilidade de sobrevivência, uma vez que os constantes conflitos com os espanhóis e suas represálias se faziam sentir. O mesmo faziam outras etnias Guaykuru, na tentativa de fechar acordos com os castelhanos, mas estas possibilidades ficaram claramente mais escassas, pois estes desejavam aniquilar, ou ao menos expulsá-los do território, para isso planejavam ataques surpresas,

roubavam o gado e os cavalos dos pastos, queimavam seus palmares, enfim, causavam perdas irreparáveis aos Guaykuru. O número de cativos também foi gradativamente diminuindo com o tempo. Cada vez menos os Guaykuru empreendiam guerras para obter cativos, além de não disporem de livre trânsito, não possuíam tantos cavalos, nem de tantos guerreiros. Os seus maiores colaboradores, os Guaná, buscavam núcleos populacionais ou estâncias para fugir do jugo dos Guaykuru, foram assim, assentando-se em outras regiões e deixaram aos poucos de realizar seus préstimos e de dividir suas colheitas. Isso causou grandes problemas na obtenção de alimentos para os Guaykuru. (Cf. SUSNIK, 1971; 1978; 1981)

Nesse sentido, podemos constatar que o processo de contato dos Guaykuru inúmeros *outros* alteraram sua cultura. Dos guerreiros violentos e altivos restou bem pouco. No final do século XVIII tinham seu território de trânsito não só reduzido como vigiado, podendo pouco contra luso-paulistas e espanhóis, uma vez que estes apossaram-se definitivamente das margens do rio Paraguai. Sem tantos cavalos, com gado diminuto, com menos cativos os Guaykuru foram deixando de representar o “perigo Guaicuru”. (Cf. SUSNIK; 1971; 1978)

No século XIX a situação ainda se agravou, pois idéias de transformação dos índios em categorias homogêneas passam a ter a força de um plano de trabalho quando, em 1757, entra em vigor o Diretório dos Índios. Este documento regulamentou a prática dos aldeamentos com administração laica, estes funcionariam como oficinas, onde os índios aprenderiam os códigos da dita “civilização” através do exemplo recebido dos “brancos”. Outro ponto importante inaugurado pelo Diretório foi transformar os índios em “vassalos”, com direitos jurídicos iguais aos outros “vassalos” do rei português. Isso garantia aos índios a liberdade de suas pessoas e o direito sobre as terras dos aldeamentos. Por outro lado, essa categoria jurídica amarrava-os a certas obrigações, como convocação para guerras e pagamento de dízimos, além do aumento dos “descimentos”, das “reduções” e dos aldeamentos. A política agressiva adotada para com os índios que se negavam assentar foi também substituída por esta de aproximação, para isso vê-se uma intensa distribuição de brindes, tais como facas, facões, roupas, chapéus, miçangas, espelhos, aguardente, dentre outros. O Diretório foi abolido em 1798, deixando certo vazio na legislação indigenista. Seus pressupostos, no entanto, ecoaram no século XIX, e tornaram à cena no único documento com caráter geral no Império, o Regulamento das Missões, de 1845. (Cf. ALMEIDA, 1997)

O Regulamento das Missões, longe de inovar a política indigenista, retoma o sistema de aldeamentos com administração civil. Tem por objetivo retomar o processo de transformação dos índios em reserva de mão-de-obra útil. Marca, ainda, mais uma investida sobre as terras indígenas, possibilitando arrendamentos e aforamentos dentro das terras reservadas aos

aldeamentos e em seu entorno, além de tornar as terras desalojadas através dos “descimentos” e “reduções” em terras devolutas, sob posse do governo imperial. Aos índios ficava reservado o direito de uso da terra, o de propriedade, todavia, só era alcançado após transpor as barreiras jurídicas, tais como permanecer, no mínimo, por doze anos com cultivo ininterrupto.

A partir de 1845 são criadas nas Províncias as Diretorias Gerais dos Índios, órgão responsável pela organização e funcionamento dos aldeamentos. Na Província de Mato Grosso isso se dá a partir de 1846. Com a Guerra do Paraguai, no entanto, haverá a dispersão dos índios aldeados e certa decadência dos projetos de aldeamentos.

Na segunda metade do século XIX a Província de Mato Grosso será palco da presença cada vez mais acentuada de não-índigenas sobre as terras indígenas, sobretudo de fazendeiros dispostos à criação de gado no Pantanal. Percebemos, portanto, que no transcorrer de dois séculos houve uma declarada usurpação das terras indígenas, através de uma política indigenista que buscou, acima de tudo, a transformação dos índios numa categoria “misturada”, para assim, representá-los em categorias homogêneas, integrantes de uma “identidade nacional”.

Nesse sentido, é possível refletir sobre o papel da política indigenista adotada desde o Diretório e ressaltada pelo Regimento das Missões na política de construção de um projeto nacional, e, sobretudo, de uma identidade nacional. Por outro lado, destacamos que mesmo com as tentativas de forja de uma identidade nacional, homogênea, inúmeros índios, incluindo os Kadiwéu, mantiveram suas identidades distintivas e usaram-nas para manter e lutar pela posse de suas terras, mesmo obrigados a reconstruir suas noções de territórios e as próprias formas de se colocarem nas disputas políticas, criando novas estratégias e se apropriando das regras impostas pelos europeus em benefício próprio, negociando, burlando, impondo também suas vontades e, muitas vezes, associando-se.

Tanto no Diretório quanto no Regulamento das Missões é possível percebermos uma vontade política das autoridades em estabelecer fronteiras que definissem um território nacional. Na mesma direção, era preciso criar uma identidade para os habitantes, para que fosse evocada enquanto identidade nacional. A política de aldeamentos teve como principal objetivo inserir os índios em outras categorias sociais mais homogêneas. Por outro lado, os grupos indígenas continuaram a identificar-se de forma distinta dessas categorias sociais e utilizaram-se dessa alteridade para se colocarem politicamente, criando identidades próprias para se posicionarem no jogo de poder. A Diretoria Geral dos Índios da Província de Mato Grosso, criada em 1846, tem seus trabalhos interrompidos pela eclosão da Guerra do Paraguai, que se arrastou de 1864 a 1870. A participação dos Kadiwéu nesta guerra também

teve papel relevante, pois, a partir de então esta passou a ser evocada como elemento de identidade que garantia, para estes índios, a posse de suas terras. Este episódio é significativo para percebermos como os índios, atores de sua própria história, forjaram elementos simbólicos para se colocarem nas disputas políticas.

Pode-se observar, portanto, que ao longo da experiência de contato com outros índios e, sobretudo, com os europeus, transformações culturais foram vivenciadas pelos Mbayá-Guaykuru e conseqüentemente pelos Kadiwéu. Por outro lado, a apropriação, o sentido que davam ao usar tais elementos, escapava às determinações e estratégias dos europeus. Os signos tinham para os índios significados próprios, determinados pela própria visão de mundo através da qual se viam e viam os outros. Mesmo com profundas transformações culturais os índios mantiveram seus próprios padrões de significação, preservaram, portanto, uma identidade distintiva em relação às demais categorias sociais, indígenas e não-indígenas. Foi essa afirmação identitária, reafirmada por uma memória social, ancestralmente ligada aos guerreiros Mbayá-Guaykuru, que permitiu aos índios Kadiwéu se posicionarem politicamente para reivindicar a legitimidade de suas terras no século XIX.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, R. H. de. **O Diretório dos índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII.** Ed. UnB, 1997.
- HERBERTS. A. L. **Os Mbayá Guaicuru: área, assentamento e cultura material.** Instituto Anchieta de Pesquisas – UNISINOS, 1998 (Dissertação de Mestrado)
- PRADO, F. R. do. **História dos Índios Cavalleiros ou da Nação Guaycurú (1975).** RIHGB, Tomo I, n.1, 1839
- SEAGER, J. S. Misiones Guaykurúes en el Paraguay del siglo dieciocho. In: WHIGHAM, Thomas L. COONEY, Jerry W. (Orgs.). **Campo y frontera: el Paraguay al fin de la era colonial.** Asunción: servilibro, 2006.
- SILVA, G. J. da. **A construção física, social e simbólica da reserva indígena Kadiwéu (1899 – 1984): memória, identidade e história.** UFMS, 2004. (Dissertação de Mestrado)
- SUSNIK, B. **Los aborígenes del Paraguay: etnología del Chaco Boreal y su periferia (siglos XVI y XVIII).** Museo Etnográfico “Andrés Barbero”. Asuncion/Paraguay, 1978
- SUSNIK, B. **El indio colonial del Paraguay: el chaqueño: Guaycurúes y chanés – Arawak.** III-1. Museo Etnográfico “Andrés Barbero”. Asuncion - Paraguay, 1971
- SUSNIK, B. **Los aborígenes del Paraguay: etnohistoria de los chaqueños (1650 – 1910).** Vol. III-1. Museo Etnográfico Andrés Barbero. Asuncion. 1981.
- TAUNAY. A. **Entre os nossos índios.** Chanés, Terenas, Kinikinaus, Guanás, Laianas, Guatós, Guaycurus, Caingangs. Editora Melhoramentos. São Paulo. Cayeiras: Rio de Janeiro, 1931